

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	136.328,86		136.328,86
Pessoal Ativo	124.741,65		124.741,65
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.587,21		11.587,21
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	11.997,51		11.997,51
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial	10,38		10,38
Despesas de Exercícios Anteriores	2.183,08		2.183,08
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.804,05		9.804,05
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	124.331,35		124.331,35
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,019878%	0,000000%	0,019878%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,036734%			229.757,05
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,034897%			218.269,20
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,033061%			206.781,35

FONTE: SIAFI, STN, SOF/TRT 24ª REGIÃO

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) As despesas com auxílio natalidade, no valor total de R\$ 2,46 mil, relativas às despesas liquidadas, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF e no Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R\$ 116,33 mil.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

Alencar Minoru Izumi Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças	Edna Maria Massulo Elias Diretora do Serviço de Controle Interno - Substituta
--	--

Francisco das Chagas Lima Filho
Desembargador Presidente